

CARTOGRAFIA DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DA ROTA DO PARÁ E BICO DO PAPAGAIO-TO

MAPPING DRUG TRAFFICKING IN THE AMAZON: A TERRITORIAL ANALYSIS OF THE PARÁ AND BICO DO PAPAGAIO-TO ROUTE

Isabella Silva Martins

smartinsisabella1@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-4760-6961>

Gleys Ially Ramos

gleys.genero@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6471-7172>

RESUMO

Este trabalho analisa a rota do narcotráfico cujo circuito corta os estados da Amazônia - o Pará e Bico do Papagaio no extremo norte do estado do Tocantins. Desta forma, são visíveis os impactos negativos direto ou indiretamente na população circunscrita em tais rotas malévolas. Busca-se compreender as interações entre as dinâmicas ambientais, sociais e econômicas provocadas pelo narcotráfico. Insere-se, neste íterim, a valorização dos saberes e resistências da população atingidas no circuito e/ou rota do ilícito. Contudo, reforça-se que a pesquisa tem como foco espacial a Rota do Pará, com ênfase na região do Bico do Papagaio (TO). Esta última é marcada por intensos conflitos sociais e territoriais. Quanto a metodologia, baseia-se em uma revisão teórica e análise de indicadores sociais. O estudo, finalmente, objetiva aproximar a Ecologia Política das Relações Internacionais e refletir sobre formas de garantir/mitigar os problemas relacionados aos direitos humanos em territórios marcados pela violência.

Palavras-chave: Amazônia; Narcotráfico; Sociedades Locais; Ecologia Política; Rotas de Tráfico.

ABSTRACT

This study analyzes how drug trafficking, through its international routes, affects local societies in the Amazon, particularly regarding access to fundamental human rights. Using Political Ecology as a theoretical framework, it seeks to understand the environmental, social, and economic dynamics influenced by drug trafficking, while valuing the knowledge and resistance of Amazonian populations. The research focuses on the Pará Route, especially the Bico do Papagaio region in Tocantins, a territory marked by intense social conflicts. The methodology is based on theoretical review and analysis of social indicators. The study aims to connect Political Ecology with International Relations and reflect on ways to ensure human rights in territories shaped by structural violence.

Keywords: Amazon; Drug Trafficking; Local Societies; Political Ecology; Trafficking Routes.

1. Introdução

Este artigo, derivado da pesquisa intitulada “*Narcotráfico na Amazônia: Uma Análise das Dinâmicas de Poder Sob a Perspectiva da Ecologia Política*”, cuja investigação teve por

objetivo geral analisar como o narcotráfico influencia a dinâmica territorial da Amazônia, especialmente na região do Bico do Papagaio em conexão com o estado do Pará.

No escopo deste artigo, os objetivos específicos foram divididos em (I) Compreender as ramificações das rotas do narcotráfico, partindo da Rota do Pará e (II) Como a territorialização do Narcotráfico está diretamente ligada com a fragilização das territorialidades amazônicas.

Conhecida principalmente por seus territórios e biodiversidade, a Amazônia não se destaca estritamente pela sua dimensão territorial, essa região mormente é crivada pelos desafios que estão atrelados à essa diversidade que, por sua vez, é frequentemente apropriada pela lógica capitalista de exploração da natureza transformando esta em recursos, insumos, mercadorias, inclusive submetendo a essa lógica as sociedades pertencentes à região.

Para os autores Rogério Haesbaert e Ester Limonad (2020), o território é de forma simultânea, tanto uma dimensão subjetiva por se apropriar de uma identidade territorial, como é também, objetiva por se constituir de sistemas de ações e de dimensões políticas, sociais e econômicas, envolvendo o espaço geográfico, a sociedade e a construção histórica.

Ao compreender o território como espaço em que coexistem identidades diversas, estas por sua vez, geradoras de conflitos informados por múltiplas formas sociais, econômicas e políticas. Porto- Gonçalves (2015, p.84) destaca que essas múltiplas formas (territorialidades) são dinâmicas e continuamente desconsideradas pela soberania quando entram em conflito com as intenções e intervenções do Estado.

Portanto, as bases que justificam esse artigo centram-se na análise de como a territorialização do Narcotráfico está diretamente ligado com a fragilização das territorialidades amazônicas, evidenciando ausências ou fragilidades do poder público em materializar serviços básicos, o que repercute na vulnerabilização de uma região periférica do ponto de vista geográfico.

Para realizar a pesquisa, o ponto de partida será a Amazônia Brasileira, neste sentido, ao analisar aspectos como a localização geográfica, sua densa cobertura florestal e suas características socioeconômicas, que pesem a pobreza e vulnerabilidade social, tem-se fortes indicativos que contribuem para torná-la uma área propícia para o transporte e comércio de drogas.

O recorte espacial é a Rota do Pará que foi realizada uma análise das dinâmicas sociais e econômicas relacionadas ao tráfico de drogas nessa área específica como trampolim para compreender a Amazônia Brasileira como rota ampliada. Desta forma, foi possível investigar mais detalhadamente as especificidades desse corredor de tráfico de drogas, incluindo os

principais *modus operandi*, os impactos nas comunidades locais, as estratégias de enfrentamento adotadas pelas autoridades e outros atores envolvidos.

Para auxiliar na compreensão dos questionamentos supracitados, o trabalho está dividido da seguinte forma: 1) Na introdução contextualiza-se o tema por meio dos estudos da Amazônia; 2) Breve perspectiva metodológica; 3) Resultados; 4) Considerações Finais e 5) Referências.

2. Breve Delineamento em Torno do Objeto

É bastante debatido que o avanço dos meios de transportes e comunicações, tem encurtado a distância entre lugares cada vez mais rapidamente. Se faz importante nesta pesquisa a abordagem qualitativa, com o objetivo de avaliar informações e identificar os atores sociais e internacionais envolvidos, a fim de compreender os fatores que fazem do Brasil (Região Norte) uma rota para o tráfico. Figura como lente teórica a Ecologia Política (EP) notadamente a visão de mundo (conhecimento empírico) e experiência concreta daqueles que produzem conhecimentos a partir das suas experiências científicas reconhecidamente espaciais e territoriais.

Ressalta-se, neste sentido, que a compreensão acerca da EP não dialoga com visão limitada de que essa é uma teoria marginal e contra hegemônica, mas que é um conhecimento científico batizado por saberes locais e culturais. Entende-se portanto, que é urgente e necessária essa aproximação da Ecologia Política e Geografia nas Relações Internacionais por meio de uma análise teórica, a princípio, sobre como o Narcotráfico influencia a região amazônica a partir daquilo que a Amazônia constrói como base de conhecimento, dados e informações.

Nesse sentido, as organizações do crime organizado atuam transversalmente no desenvolvimento econômico global, fortalecendo-se cada vez mais a partir da globalização para consolidar sua influência em escala local de exploração das populações de periferias e favelas. Registra-se neste íterim que o narcotráfico possui, por meio de um ciclo de poder e controle que se estende por fronteiras que afetam profundamente as comunidades locais (COUTO, 2023 p.45).

No mesmo autor e na mesma obra, argumenta-se que o narcotráfico está integrado a um sistema territorial na Amazônia, vinculado às redes internacionais. Esse sistema visa aumentar o poder e impulsionar o volume de drogas comercializadas, interagindo estrategicamente para fortalecer sua influência global. Couto, reforça ainda que:

No Brasil, o Relatório do Escritório das Nações Sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013; 2014) aponta para o crescimento do consumo de cocaína no país, o que, de certa forma, é favorecido pela localização geográfica, pelo aumento do poder de compra da população e pela conectividade existente entre organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e, mais recentemente, a Família Do Norte (FDN), com os cartéis Colombianos (COUTO, 2017, p.20).

A forma como o autor menciona a estrutura de poder, permite visualizar a organização como uma empresa multinacional. Ao fazer essa analogia, as estruturas de poder do tráfico se articulam como uma empresa global, garantindo que todos os atores envolvidos realizem e obedeçam às atividades impostas pelo crime organizado.

Ponderá também, na mesma perspectiva de Procópio Filho e Costa Vaz (1997), em que:

As estruturas do narcotráfico e sua operação respondem tanto a estímulos de mercado, em sua dimensão transnacional e global, como a fatores e circunstâncias de ordem doméstica e mesmo local que definem o modo de inserção de um país no contexto do narcotráfico internacional e as condições específicas de seu funcionamento.

Nas Relações Internacionais o narcotráfico é visto como um fenômeno econômico, político e social na era da globalização, ao ter uma dimensão transnacional se manifesta em um contexto de conflitos que impactam a América Latina e suas relações globais, tendo uma influência significativa nas relações internacionais, especialmente com os Estados Unidos, que é um grande consumidor de drogas e está envolvido em políticas e estratégias para combater o narcotráfico (SANTANA, 1999).

Ao considerar as relações de poder existentes, o narcotráfico se sobrepõe ao território pela reprodução de conflitos e para as ciências que se propõe a analisar o crime organizado: compreendidos a partir da análise da relação entre o micro e macro poder que envolve todo este arranjo espacial do narcotráfico reticular e zonal, o qual se materializa por meio da apropriação/dominação do território, resultando em conflitos relacionados ao mercado da droga (COUTO, 2017, p.21).

Essa dominação de território reflete nas modulações impostas pelo micro poder, se referindo às dinâmicas de poder mais locais e imediatas, como as interações diárias entre grupos criminosos e/na comunidades. (Por outro lado, o macro poder envolve as redes internacionais de tráfico e toda a estrutura global por meio das interações entre organizações criminosas transnacionais).

A Amazônia ao ter fronteiras que ultrapassam os limites brasileiros, possibilita uma dinâmica de domínio que favorece os mercados de drogas que operam como um fenômeno reticular e zonal. Logo, esse domínio territorial resulta em conflitos, tanto internos, entre

diferentes facções criminosas, quanto externos, com as comunidades locais, refletindo a disputa contínua pelo controle dos territórios e pelo acesso ao mercado de drogas (COUTO, 2017, p.21).

Para Procópio Filho e Costa Vaz (1997), o narcotráfico está associado a três fatores principais: a relevância política econômica, mudanças sociais e econômicas no Brasil e ampliação do consumo e distribuição. A junção desses fatores faz com que o país, que inicialmente era uma rota, se transforme em um centro de distribuição e consumo interno e externo. Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 60):

Ainda que a ligação entre agravamento das condições sociais e aumento dos circuitos econômicos ilegais não deva ser hipostasiada, essas redes de comércio e de poder funcionam também como espécies de válvulas de escape diante do crescente desemprego e da precarização do trabalho, e encontram-se plenamente associadas à expansão do capital financeiro globalizado. Economia desregulamentada, “Estado mínimo”, precarização crescente do emprego, endividamento e especulação financeira generalizados formam um campo fértil para a proliferação de redes ilegais de economia e de poder.

O aumento do desemprego e a precarização da mão de obra, contribuem para o crescimento das atividades econômicas do crime organizado, pois nessas condições surgem como uma solução viável para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, as redes ilegais são vendidas como uma oportunidade para melhorar as condições de vida desse indivíduo.

Com foco na região Amazônica, “toda a costa atlântica e toda a região amazônica estão nas mãos de narcotraficantes sobretudo brasileiros, o mesmo ocorrendo em extensas faixas da fronteira com a Argentina, o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Venezuela” (PROCÓPIO FILHO, COSTA VAZ, 1997, p.13).

O tráfico internacional de drogas emerge como um mecanismo de poder que desafia o Estado, visto que, a região situada é marcada pela vulnerabilidade e conflitos sociopolíticos, facilitando as ações e pressões feitas pelas organizações criminosas que aproveitam dessa característica (COUTO, 2023, p.94). Noutra oportunidade, o mesmo autor sentencia que:

Uma das características do tráfico territorializado é a condenação do outro à morte, o suplício do corpo se estabelece enquanto uma forma de extensão do território, nesse caso, é reificada, não sendo apenas biológico, mas passando a ser um elemento da trama social e política do tráfico de drogas (COUTO, 2017, p.101).

Com a territorialização das organizações criminosas, o poder transita entre o controle territorial e as normas locais dentro das comunidades, ele se integra tanto nas relações sociais quanto nas estruturas individuais, pois, ao se vincular às atividades ilegais, se torna um instrumento da organização.

Para Procópio Filho e Costa Vaz (1997 p.78).

Em razão de se constituir em atividade de caráter transnacional e por seu enfrentamento ser objeto de políticas, inclusive de cooperação internacional, e ainda pelas peculiaridades do envolvimento do Brasil no fenômeno do tráfico internacional de drogas ilícitas, o estudo de sua sociologia, no caso brasileiro, necessita a contextualização da análise política de seus condicionantes regionais internos no âmbito das relações internacionais.

Assim, o narcotráfico promove a circulação/distribuição global das drogas, colocando os países latino-americanos no meio dessa rede que se estende para outros países. Caracterizado como um fenômeno transnacional, para as relações internacionais é necessário abordar o narcotráfico por meio das cooperações internacionais para o desenvolvimento de políticas e acordos legais voltados ao combate ao tráfico de drogas.

Conforme conceituação dos autores, Procópio Filho e Costa Vaz, é necessário entender o narcotráfico também como um tema da ciência social, pois é essencial contextualizar a análise através de suas implicações sociais, econômicas, criminológicas e das condições regionais internas do país, para além de uma análise centralizada em termos de política, segurança e economia global. Da mesma forma, ao analisar a Amazônia como território é necessário considerar as características geográficas e ambientais e também como ela é afetada por interesses econômicos e políticos, tanto locais quanto globais a partir do narcotráfico.

3. O Narcotráfico na Amazônia - Um Panorama das Organizações Criminosas e a Rota do Pará

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas, lançado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023), “o número estimado de usuários cresceu de 240 milhões em 2011 para 296 milhões em 2021, o que significa 5,8% da população mundial entre 15 e 64 anos. Este é um aumento de 23%, em parte devido ao crescimento populacional.”

O mercado de drogas vem se tornando mais eficiente, exacerbando as crises que estão ligadas às atividades ilícitas ou não regulamentadas. É possível compreender o narcotráfico como uma rede ilegal de comércio de drogas psicoativas em grande escala, que envolve desde o cultivo, transporte e comercialização da droga em questão, provocando conflitos não somente nas relações internacionais, como no âmbito social e cotidiano. Como elencado no livro, *A Globalização do Narcotráfico* (1999).

Invade a diplomacia, a política interna e exterior, a economia de subsistência, o debate acadêmico e a atividade policial. Ocupa manchetes da imprensa de maneira cotidiana

e abre perguntas fundamentais no campo da cultura, da psicologia social e da criminologia (SANTANA; p. 1, 1999).

Avançando nessa perspectiva, Couto (2023) destaca que, na Amazônia, o narcotráfico atua por meio de estruturas próprias, conectadas a redes internacionais que reorganizam o território e influenciam a vida social. Essas redes criam formas de controle que atravessam fronteiras, dessa forma, a presença das facções torna a Amazônia uma parte estratégica da economia ilegal global, ampliando conflitos e fortalecendo a atuação dessas organizações na região.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança, as rotas da Amazônia movimentam 40% dos recursos ligados ao narcotráfico, correspondendo a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil fornece condições que favorecem o narcotráfico, no que concerne ao seu grande mercado consumidor com sua posição geográfica estratégica para o mercado internacional de drogas, dividindo a fronteira com três dos grandes produtores de cocaína e maconha (CAPARROZ, 2018).

Durante a expansão do narcotráfico na Amazônia, as preocupações dos desafios enfrentados emergem para além das implicações políticas e econômicas, crescendo essencialmente sobre as violações dos direitos humanos das sociedades locais. Essas sociedades, as quais suas vidas são influenciadas pela expressiva ampliação dos mercados globais que impõem uma integração ímpia, com a capacidade de reestruturar e contribuir com o contexto de vulnerabilidade exacerbada e desigualdade da região afetada (COUTO, 2019).

Ao afetar comunidades locais da Amazônia, o narcotráfico transcende tanto as fronteiras territoriais quanto às fronteiras políticas, logo, a Ecologia Política sob uma perspectiva interdisciplinar, identifica os conflitos políticos e lutas sociais ininterruptamente ocasionadas pelas relações de poder nessas fronteiras, que provocam a desigualdade social, injustiça ambiental, exploração econômica e implicações sociais como consequências do narcotráfico.

Nesse ínterim, a Amazônia ao expandir o tráfico de cocaína, se torna uma rota primária do narcotráfico, pois distribui diretamente para a África e para Europa através dos países Andinos, Guianas e Suriname. A Amazônia Legal vem servindo de espaço para as atividades desempenhadas por facções do crime organizado, sendo o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), a Família Do Norte (FDN), que se estendem até a Rota do Pará se destacando na região nordeste do estado, viabilizando a articulação das rotas até o Porto de Vila do Conde (COUTO, 2019). A figura abaixo demonstra o comentado.

Figura 1. Rotas de Tráfico que Transpassam a Amazônia.



Fonte: Globo, 2023.

Na figura 1, é apresentada a cartografia das grandes rotas na Amazônia. Destaca-se as quatro principais rotas que são identificadas como a do Rio Solimões: Rota Caipira, Suriname-Amapá e Acreano-Rondoniense. Dado que essas rotas estão interligadas entre os estados brasileiros e os países Andinos pelas facções criminosas. Evidenciando que as rotas não obedecem a uma escala nacional, portanto, não podem ser geridas apenas pelas políticas e legislações brasileiras, ainda que os impactos sejam territorializados com mais ênfase no espaço brasileiro.

Os impactos das violações ocasionadas pelo narcotráfico não apenas destacam a vulnerabilidade e a desigualdade, mas também as violências e criminalidade que se perpetuam por esses impactos sociais e econômicos. Por meio da localização estratégica que a região Amazônica se encontra, o Brasil se destaca pela transação e uso da droga, esse destaque se constitui mediante a globalização que fomenta a promoção do mercado ilícito e as relações de poder constituintes pelo narcotráfico, produzindo influências para operacionalizar as dinâmicas

políticas e sociais que passam a ter caráter multinacional quando conduzido pelo tráfico de drogas.

A organização e articulação na extensão amazônica, acontece através e principalmente da territorialização de grandes facções assim enumeradas: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), a Família Do Norte (FDN), Cartel do Norte (CDN), Comando Classe A (CCA), “Os Crias”, Família Terror do Amapá (FTA), União Criminosa Amapaense (UCA), dentre outras (COUTO, 2023, p. 48).

Essas organizações usufruem da geografia e localidade para robustecer as estratégias que favorecem o escoamento por meio da floresta, rios, rodovias e comunidades locais, que podem ser evidenciadas em uma relação entre a sociedade e a natureza. Nesse contexto, “os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada” (COUTO; OLIVEIRA, 2017, p.49).

Conforme o relatório de 2016 do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC, 2016), o mercado das drogas se estende para uma indústria que fornece a “economia das drogas”, onde o PIB mundial concentra o capital e movimenta 40% das atividades ilegais do crime organizado. O Brasil se torna uma peça importante como mercado consumidor ou de trânsito, pois de acordo com (COUTO; OLIVEIRA, 2017), inúmeras relações do mercado regional e global são estipuladas na Amazônia que é porta de entrada do tráfico, com foco maior no tráfico de cocaína.

O tráfico internacional de drogas se manifesta como um mecanismo de poder sobre o Estado, visto que a Amazônia Legal faz parte da organização de fluxos globais dos mercados que lucram com a produção, consumo e distribuição das drogas, pois além das suas fronteiras com os países Bolívia, Colômbia e Peru, ela é caracterizada como rota primaria obrigatória, se tornando suscetível aos conflitos territoriais e sócio-políticos que são controlados pelas redes (COUTO, 2023).

3.1 Os Nós da Rede do Narcotráfico

A inserção regional e global da Amazônia nas redes internacionais do tráfico se tem por meio de fatores que a envolvem, como a vulnerabilidade, sua localização, e ausência do Estado possibilita a conexão com redes ilegais de atividades mais amplas que passam por rotas aéreas, fluviais e terrestres, com o intuito de desviar das áreas que possuem algum tipo de controle do Estado (COUTO, 2008).

É possível, entender que todo o traslado da droga é interligado por meio do consumo e produção que vem se desenvolvendo cada vez mais, devido a toda expansão da tecnologia e do capitalismo, que aproveitam da complexidade e disseminação da pobreza e o enfraquecimento de autoridades nas cidades da região amazônica.

Os estudos voltados para as rotas internacionais do tráfico, apontam a Amazônia como corredor do tráfico de drogas, pois existem diversos fluxos que tem sua origem nas fronteiras do país. As articulações das redes que partem da Colômbia e dos demais países, tem como destinos as rotas existentes no Pará que percorrem uma grande extensão de rodovias e rios que permeiam a Amazônia Legal e a Pan-Amazônia. Para Couto (2023, p.59).

Manaus e Itacoatiara (AM), Belém, Barcarena, Santarém e Marabá (PA), São Luís (MA), Palmas (TO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Santana e Macapá (AP) e Cuiabá (MT) são destacadas como nexos estruturantes das redes do narcotráfico na Amazônia, ou seja, são os principais nós de organização das redes do crime organizado que dinamizam os fluxos de mercadorias ilícitas.

Essa conexão com os países Andinos, fortalece os mercados ilícitos que estão se desenvolvendo no Brasil. Ela favorece as facções, que aproveitam do enfraquecimento e da atuação precária do Estado na fronteira Amazônica para elaborar uma estrutura espacial e organizacional própria. Nesse contexto, as cidades participam como nós ou redes para girar o mercado de drogas (COUTO, 2020). A figura abaixo ilustra a extensão dessa rede que conecta a Pan-Amazônia à Amazônia brasileira.

Figura 2. Rede de Narcotráfico na Pan-Amazônia



Como citado por Couto (2017), o Tocantins é um dos Estados importantes para as redes de tráfico de drogas na Amazônia Legal, pois possui o Bico do Papagaio, uma área formada por 25 municípios, localizado em uma área de ecótono entre o Cerrado e a Amazônia no extremo-norte do Estado, com extrema importância para a articulação de redes por fazer divisa com o Pará e o Maranhão.

O ecótono entre o Cerrado e a Amazônia favorece o narcotráfico porque, como zona de transição ambiental, apresenta áreas de difícil monitoramento, múltiplos acessos naturais e menor presença estatal. Essas características facilitam a movimentação discreta e fortalecem a conexão das rotas que ligam Tocantins, Pará e Maranhão, tornando a região estratégica para as organizações criminosas.

Em uma reportagem feita por Lailton Costa no Jornal do Tocantins de 10 maio 2024 em que o Poder Judiciário do Estado do Tocantins a justiça condenou uma organização criminosa que atuava na região do bico do papagaio. A justiça condenou organização criminosa que traficava drogas no Bico do Papagaio-TO a mais de 530 anos de prisão.

A notícia ilustra como as organizações criminosas estão avançando em algumas regiões como a do Bico do Papagaio. Em um trecho da reportagem as ações que foram realizadas na região, revelam o poder coercitivo exercido por esses grupos sobre a população local. Segundo o Autor da Reportagem, Lailton Costa:

As investigações apontaram que o grupo, que chegou a ter mais de 30 participantes, promoveu pichações pela cidade, venda de drogas, morte com requinte de crueldade, apedrejamento, corpos queimados, sessões de tortura, toques de recolher determinados pela facção, em situação que levou a universidade estadual a suspender aulas (COSTA, 2024).

Ao dividir a fronteira com o Maranhão e o Pará, o trânsito de drogas se torna mais acessível pelas facções presentes em ambos estados, se beneficiando das vulnerabilidades dos bairros ou cidades, para impor seu poder social e político sobre as vidas das pessoas envolvidas. As condições ocasionadas pela presença precária do Estado e a localização geográfica da Amazônia, facilita a inserção de rotas aéreas, terrestres e fluviais com o intuito de desviar das áreas que são controladas pelos Estados.

3.2 Rota do Pará e suas Correlações entre Indicadores e Direitos

Para realizar toda a movimentação, o estado do Pará, na região norte do país, se tornou palco para as grandes rotas que se estendem para os demais estados do Brasil.

A conexão se dá com o estado do Mato Grosso, onde são utilizadas as rotas terrestres e aéreas, por meio de uma articulação reticular que leva a droga do Oeste do Pará para a região do Xingu, a partir do município de Altamira (Sudeste do Pará), até os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Marabá e para o Norte do Tocantins até Palmas, chegando até o Sudeste do Brasil (COUTO, 2017, p. 60).

Como visto na figura 1, a rota do Pará se articula por meio da intersecção da Rota Caipira, Rota Solimões e Acreano- Rondoniense. A cocaína que entra na Amazônia Legal, atravessa territórios tomados por inúmeras organizações criminosas que atuam no extrativismo

e no garimpo ilegal, a travessia das drogas são realizadas por rios, rotas aéreas e majoritariamente por rotas terrestres.

Um ponto de destaque que liga algumas rotas ao corredor do tráfico é o Porto de Vila do Conde, localizado no município de Barcarena, Estado do Pará, a 120 km do Oceano Atlântico, localização que facilita a exportação de mercadorias para a Europa, China e Estados Unidos. A maior parte da droga que chega no porto de Barcarena, é pelo transporte fluvial, pois segundo o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, Ualame Machado, a entrada das drogas é realizada pelos rios que vem do estado do Amazonas (COWIE, 2023)

De acordo com a reportagem do Infoamazonia “Facções ameaçam comunidades quilombolas no ‘corredor da cocaína’ da Amazônia” (COWIE, 2023), os produtos ilícitos podem ser transportados por caminhões especialmente pelas rodovias BR-163 e a BR-230 Transamazônica, possibilitando a entrega para todo o país por meio terrestre.

Por via aérea os municípios e as terras indígenas que fazem parte da rede ilegal do narcotráfico, são pontos de reabastecimento, visto que o Pará possui quatro municípios com maior número de pistas de pouso, e cerca de 3.000 pistas na Amazônia Brasileira (COWIE, 2023). A figura 3 a seguir demonstra o comentado.

Devido ao grande número de pistas de pouso existentes em diversos municípios do Pará, o transporte de cargas ilícitas pelas rodovias, como a BR-153 e a BR-230 (Transamazônica), torna-se mais ágil. Isso facilita o escoamento e a passagem dessas rotas pelo estado do Tocantins. Na região do Bico do Papagaio, esse fluxo é ainda mais intenso, tanto pela elevada vulnerabilidade social quanto pela posição estratégica, que conecta o território às rodovias que fazem divisa com o Pará e o Maranhão.

Figura 3. Extensão da Rede do Narcotráfico da Pan-Amazônia



Fonte: Couto, 2017.

Além dos impactos que as drogas ocasionam na vida daqueles que se tornam usuários, a comercialização dessas substâncias na região norte do país tem gerado uma série de impactos, localizado no extremo norte do Estado do Tocantins, a microrregião do Bico do Papagaio composta por 25 municípios faz divisa com Pará e Maranhão.

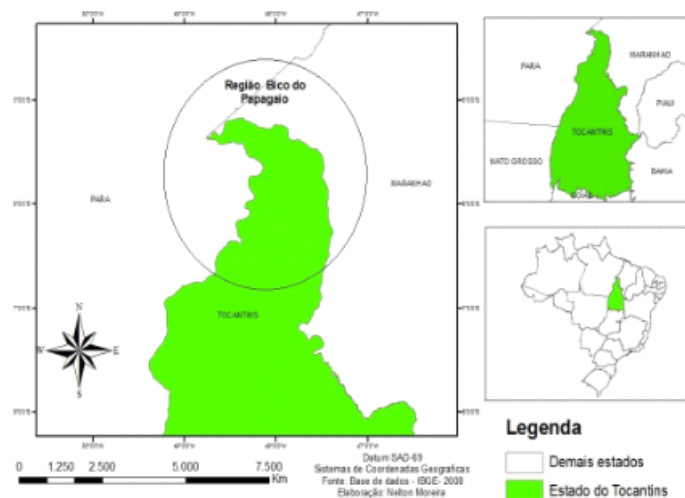
Marcada pela pobreza, pela agricultura de subsistência, pela ausência de serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação, a região, como dito, é campo fértil para estudar as relações sociais, políticas, econômicas e de poder que os atores sociais vêm exercendo há mais de 130 anos (ARAGÓN, 1981 *apud* OLIVEIRA, MARQUES, STRASSBURG, 2020).

A título de melhor entendimento do grau de vulnerabilidade a microrregião possui 15.993,20 km² de área e corresponde a 5,74% do território do Estado do Tocantins, com cerca de 241.264 habitantes (Tocantins, s.d). Por se localizar na Amazônia Legal, se torna uma região envolvida nas dinâmicas impostas pelo narcotráfico, que se impõe diante das desigualdades sociais e econômicas da região.

Ao analisar os dados fornecidos pela Superintendência de Planejamento Governamental elaborado pela Gerência de Informações Socioeconômicas (Seplan, 2023), a taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos no ano de 2022 chegou a 7,2%; a taxa de Fecundidade Total e Taxa de Mortalidade Infantil em 2020 chegou a 0,075% e 10,62% respectivamente; segurança pública com a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2021 chegou a 27,43%. A figura 4 demonstra a localização da região do Bico do Papagaio.

Figura 4. Região do Bico do Papagaio - Tocantins

REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO - TOCANTINS - 2012



Fonte: Ramos, 2011

Os conflitos agrários impulsionados nesta região se relacionam com a expansão das atividades como o garimpo, o agronegócio e o narcotráfico, gerando impactos socioambientais e tensões territoriais que envolvem as comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, que veem seus territórios ameaçados por interesses econômicos.

Esses dados refletem a violência no campo, de uma área vulnerabilizada, que facilita a territorialização do narcotráfico. Ademais, os dados evidenciam uma sobreposição da violência no campo e às violências que são relacionados ao narcotráfico tornando mais complexa a distinção entre essas dinâmicas na região.

Nas figuras 5, 6 e 7 abaixo demonstram o grau de violência no Estado do Pará e os municípios que obtiveram ocorrências, próximos ao Bico do Papagaio e a Rota do Pará utilizada para análise nesta pesquisa.

Figura 5. Assassinatos (CPT).

TABELA 8 Assassinatos (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
PARÁ						
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	10/04/2023	Lindomar Dias de Souza	1	-	Posseiro
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	Aginaldo da Silva Paz	1	-	Indígenas
Subtotal				2		

Fonte: CPT, 2023.

A figura 5 evidencia casos de violência no Pará, destacando dois homicídios ocorridos em São Félix do Xingu e Tomé-Açu. Embora registrados como conflitos fundiários, esses episódios integram um contexto territorial mais amplo, no qual disputas por terra e recursos frequentemente se articulam com dinâmicas associadas ao narcotráfico e à atuação de organizações criminosas na Amazônia.

Figura 6. Tentativas de Assassinatos (CPT).

TABELA 9 Tentativas de Assassinato (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
PARÁ					
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Com. Quil. Balsas	12/04/2023	3	-	Quilombola
Breu Branco	Acampamento Fazenda Tigre	17/07/2023	1	-	Sem Terra
Portel	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatã	26/09/2023	1	-	Assentado
São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	14/11/2023	4	-	Funcionário Público
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	14/05/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	04/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	23	Indígenas
Subtotal				16	

Fonte: CPT, 2023.

A figura 6 evidencia a concentração de ocorrências realizadas por tentativas de assassinatos no Pará com um total de 16 vítimas. Em Tomé-Açu, sete vítimas indígenas sofreram dentro do território T.I. Tembê/Turé-Mariquita I e II, em diferentes datas ao longo do ano. Outras ocorrências são por quilombolas em Acará, trabalhadores sem-terra em Breu Branco, assentados em Portel, e um caso envolvendo um funcionário público em São Félix do Xingu.

A figura 7 evidencia as ocorrências de ameaça de morte no Pará no ano de 2023, totalizando 39 vítimas, Santa Luzia do Pará, Santarém ocorreu o maior número de ameaças registradas, outras ocorrências envolvem indígenas em Jacareacanga, Anapu, Portel e São Félix do Xingu.

Os municípios destacados em amarelo nas figuras 5, 6 e 7 fazem parte direta e indiretamente, da Rota do Pará, conectando as organizações criminosas a esses territórios vulneráveis, com o objetivo de se beneficiarem. Essas ocorrências refletem disputas territoriais que, em muitos casos, se entrelaçam com atividades ilícitas associadas ao narcotráfico, incluindo práticas como exploração ilegal de recursos e uso de áreas desmatadas ou garimpos ilegais como suporte logístico dessas redes criminosas.

Figura 7. Ameaças de Morte (CPT).

TABELA 10 Ameaças de Morte (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
PARÁ					
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	31/07/2023	4	-	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	31/07/2023	2	-	Sem Informação
Jacareacanga	T. I. Munduruku	23/02/2023	1	-	Indigenas
Monte Alegre	PD5 Serra Azul	30/06/2023	1	-	Assentado
Portel	Ocupação Águas Boas e Encontro das Águas	04/07/2023	1	-	Sem Terra
Prainha	Projeto de Assentamento Extrativista Nova Vila	30/06/2023	1	-	Assentado
Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	16/09/2023	2	-	Sem Terra
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	07/07/2023	2	-	Pescador
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Indigenas
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Indigenas
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Extrativista
Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	31/07/2023	6	-	Assentado
Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	31/07/2023	5	-	Assentado
Santarém	Com. Terra Nova	30/06/2023	1	-	Posseiro
Santarém	T. I. Maró	05/09/2023	1	-	Indigenas
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	22/09/2023	1	22	Assentado
São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	04/12/2023	8	-	Funcionário Público
Subtotal			39		

Fonte: CPT, 2023.

Os dados apresentados acima, mostram que existe uma continuidade que é marcada pela violência, buscando dominar as terras e intensificar os conflitos que continuam avançando. Para Flávio Lazzarin no documento da CPT, “vivemos em tempos em que a própria Vida do Planeta

é ameaçada de morte, mas os donos do dinheiro e do poder não querem mudar o sistema financeiro, econômico e político que governa o mundo" (CPT, 2023 p. 166).

O documento da CPT reforça que os conflitos no campo não são apenas consequências da disputa pela terra, mas também o reflexo de um sistema que ignora as demandas de justiça social e ambiental. Esse entendimento é importante para compreender como essas vulnerabilidades estruturais podem se intensificar em regiões atravessadas pelo narcotráfico.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, é necessário destacar que a violação dos direitos humanos dos grupos vulneráveis da Amazônia está intrinsecamente ligada ao Estado, cuja proteção deveria ser garantida por meio dos mecanismos judiciais estatais.

Toda pessoa que se encontre em uma situação de vulnerabilidade é titular de uma proteção especial, em razão dos deveres especiais cujo cumprimento por parte do Estado é necessário para satisfazer as obrigações gerais de respeito e garantia dos direitos humanos. O Tribunal recorda que não basta que os Estados se abstenham de violar os direitos, sendo imperativa também a adoção de medidas positivas, determinadas em função das particulares necessidades de proteção do sujeito de direito, seja por sua condição pessoal ou pela situação específica em que se encontre (Corte IDH 202, par 134 *apud* RODRIGUES, SENA e RIBEIRO 2016).

A omissão do Estado nas regiões que são corredores do tráfico de drogas, ocasiona condições oportunas para que a relação de poder entre os grupos criminosos e os habitantes da região aconteça, pois a ausência dos direitos humanos se associa às taxas dos indicadores sociais.

4. Considerações Finais

A presente análise sobre o narcotráfico na Amazônia, evidencia a complexidade das atividades ilícitas impostas pelos narcotraficantes, as quais são alimentadas por uma globalização que gera conflitos sociais, políticos e ambientais, direcionadas para a região Norte do Brasil. Tais fatores socioeconômicos e geográficos influenciam na propagação das rotas de drogas.

As ramificações da Rota do Pará se entrelaçam com a geografia da Amazônia, destacando-se pela utilização de rios e rodovias para o transporte de drogas, aproveitando a ausência de fiscalização. A rota conecta a produção de drogas em países vizinhos e aos mercados consumidores globais, envolvendo assiduamente as comunidades locais nessas dinâmicas, seja como mão de obra, mulas ou como vítimas do crime organizado. Os dados e figuras que foram apresentados, no corpo do texto, mostram que a Amazônia assume o papel

de corredor de drogas por meio das estratégias das facções criminosas que coordenam essas redes.

A região do Bico do Papagaio, citada por sua localização estratégica entre o Pará e o Maranhão, é um exemplo da vulnerabilidade, pois facilita o escoamento de drogas para os estados vizinhos. Assim compreendendo como as dinâmicas de violência, a vulnerabilidade das comunidades e a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para a expansão do tráfico de drogas na região.

A territorialização do narcotráfico contribui diretamente para a fragilização das territorialidades tradicionais da Amazônia. As organizações criminosas modificam o controle territorial e alteram as dinâmicas sociais e culturais das comunidades locais, esse processo também resulta na exploração intensificada dos recursos naturais e na degradação ambiental. Dessa forma, o narcotráfico amplia sua atuação, transforma a configuração do território e produz relações de dependência baseadas nas lógicas e nos interesses das redes criminosas.

5.Referências

- ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista Nera**, n. 42, p. 14-33, 2018.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5676>
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005
- CAPARROZ, Michelle de Oliveira Trindade. **Narcotráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai**. 2018.
- Cartografias da violência na Amazônia [recurso eletrônico] **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. – Vol. 2 (2023)- . – São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022-.
- CHAVES, Patrícia Rocha. Rebeldia e Barbárie: **Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio**, 2015, 405 f. Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- COSTA, Lailton. Justiça condena organização criminosa que traficava drogas no Bico do Papagaio a mais de 530 anos de prisão. **Tribunal de Justiça do Tocantins**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/justica-condena-organizacao-criminosa-que-trafficava-drogas-no-bico-do-papagaio-a-mais-de-530-anos-de-prisao> Acesso em: 31 out.. 2024.
- COUTO, Aiala Colares Oliveira. Geopolítica do Narcotráfico na Amazônia. **Editora Appris**, 2023.

COUTO, Aiala Colares. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia brasileira. **GeoTextos**, 2019.

COUTO, Aiala Colares. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, n. 1, 2020

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela De Souza. A geografia do narcotráfico na Amazônia. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 1, p. 52-64, 2017. <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.31774>

COWIE, S. **Facções ameaçam comunidades quilombolas no “corredor da cocaína” da Amazônia**, 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/24/faccoes-ameacam-comunidades-quilombolas-no-corredor-da-cocaina-da-amazonia/#:~:text=O%20VOLUME%20DE%20COCA%C3%8DNA%20APREENDIDO> .

DE OLIVEIRA COUTO, Aiala Colares. A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém (Paper 223). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2008

DE OLIVEIRA, Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. **Pobreza E Desigualdade No Bico Do Papagaio–Tocantins**: uma análise dos indicadores sociais, humanos e econômicos [em linha]. ago. 2020.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Região. **GEOgraphia**, v. 21, n. 45, p. 117-120, 2019.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Des-ordem Mundial*. São Paulo: **Editora UNESP**, 2006.

JACARANDÁ, R. A Cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 36, p. 81–90, 25 jan. 2024.

Jornal GLOBO. Rotas do tráfico pela Amazônia: como o Pará é passagem obrigatória da cocaína para o resto do Brasil. **GI**, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/04/rotas-do-trafico-pela-amazonia-como-o-para-e-passagem-obrigatoria-da-cocaina-para-o-resto-do-brasil.ghml>. Acesso em 23 jan 2024.

Justiça condena organização criminosa que traficava drogas no Bico do Papagaio a mais de 530 anos de prisão. **Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/justica-condena-organizacao-criminosa-que-trafficava-drogas-no-bico-do-papagaio-a-mais-de-530-anos-de-prisao>

KRENAK, Ailton. Ecologia política. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 3, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, N. Marques De; STRASSBURG, U. Notas sobre a desigualdade no bico do papagaio- Tocantins [s.l.:s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2605/1/Artigo%20de%20Peri%20c3%b3dico%20-%20Notas%20sobre%20a%20desigualdade%20social%20no%20Bico%20do%20Papagaio%20e%2080%93%20Tocantins.pdf>> . Acesso em: 23 jun. 2024.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da (s) dinâmica (s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, 2015. <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>

PROCÓPIO FILHO, A.; COSTA VAZ, A. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 75–122, jan. 1997. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100004>

RAMOS, Gleys Ially Ramos. Ribeirinhas na fronteira Cerrado/Amazônia: um estudo de paisagens na região do Bico do Papagaio-To. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2011.

RODRIGUES, Isabela Feijó Sena; RIBEIRO, Cristina Figueiredo Terezo. Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: Uma Análise dos Casos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos Envolvendo Povos Tradicionais. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 22-38, 2016. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2016.v2i2.1393>

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Revista brasileira de política internacional**, v. 42, p. 99-116, 1999.<https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006>

SEPLAN/TO. **Governo do Tocantins divulga atualização dos indicadores socioeconômicos do Estado**. 2023. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-divulga-atualizacao-dos-indicadores-socioeconomicos-do-estado/39d4bhlygvds>> . Acesso em: 23 jun. 2024.

MENEZES, Hilário José; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Território E Territorialização: Questões Conceituais Para Uma Abordagem E Leitura Dos Movimentos Sociais. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 18, n. 3, 2018. DOI: 10.33026/peg.v18i3.5140.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5140>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Tráfico de drogas acelera degradação ambiental e crimes na Bacia Amazônica | **ONU News**.

Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816602>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2016**. Washington: UNODC, 2016. Disponível em: https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

United Nations Office On Drugs And Crime (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2023**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2023/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2023-do-unodc-alerta-para-a-convergencia-de-criises-e-contnua-expanso-dos-mercados-de-drogas-ilcitas.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.